

Economia do conhecimento e dependência geopolítica: desafios para as universidades públicas no Terceiro Mundo

André Luan NUNES MACEDO¹

Resumo: Este ensaio examina as universidades públicas do Terceiro Mundo no contexto da economia do conhecimento, abordando as dinâmicas de subordinação geopolítica que moldam seu papel na produção de saber. Com base nas teorias de autores como Darcy Ribeiro e Mangabeira Unger, argumenta-se que as universidades periféricas enfrentam um dilema entre a modernização reflexa e a busca por uma autonomia científica que responda às demandas locais. A análise foca na relação entre economia do conhecimento e dependência, destacando como a concentração de tecnologias avançadas nos países centrais, a militarização do conhecimento e a pressão por integração subordinada limitam a capacidade de inovação autônoma das universidades periféricas. Este trabalho propõe uma reflexão sobre estratégias que as universidades desses países podem adotar para construir um modelo de desenvolvimento científico soberano, que respeite as especificidades culturais e econômicas locais.

Palavras-chave: Economia do conhecimento, geopolítica, dependência científica, universidades periféricas, autonomia científica.

¹ Professor Substituto da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Doc pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pós-doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. UFMG. Belo Horizonte. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8508763929516597>. E-mail: andreluanmacedo@outlook.com

Knowledge economy and geopolitical dependency: challenges for public universities in the Third World

Abstract: This essay examines public universities in the Third World within the context of the knowledge economy, addressing the geopolitical subordination dynamics that shape their role in knowledge production. Drawing on theories from authors such as Darcy Ribeiro and Mangabeira Unger, the paper argues that peripheral universities face a dilemma between reflex modernization and the pursuit of scientific autonomy that meets local demands. The analysis focuses on the relationship between the knowledge economy and dependency, highlighting how the concentration of advanced technologies in central countries, knowledge militarization, and pressures for subordinate integration limit the capacity for autonomous innovation in peripheral universities. This work proposes a reflection on strategies that universities in these countries can adopt to build a model of sovereign scientific development that respects local cultural and economic specificities.

Keywords: Knowledge economy, geopolitics, scientific dependency, peripheral universities, scientific autonomy.

Introdução

A economia do conhecimento emergiu como um novo paradigma de desenvolvimento econômico, caracterizado pela valorização da inovação, da produção de saberes e da difusão de tecnologias avançadas. Embora celebrada como um motor de transformação e crescimento, a economia do conhecimento revela, ao se desdobrar no contexto global, contradições profundas e dilemas relacionados à distribuição do poder e à autonomia científica. Em uma conjuntura marcada pela interdependência tecnológica e pela competição entre as grandes potências, o conhecimento tornou-se um recurso estratégico, o que impacta diretamente as instituições de ensino superior e as políticas científicas dos países periféricos.

Neste artigo, investigamos a economia do conhecimento a partir da perspectiva da geopolítica da dependência, explorando como as dinâmicas globais de poder e os interesses nacionais de países centrais moldam o papel das universidades nos países em desenvolvimento. A concentração de tecnologias e saberes nas nações mais industrializadas e as barreiras impostas à disseminação desses conhecimentos consolidam um sistema de subordinação que limita as possibilidades de inovação autônoma e direcionada para os interesses locais. Para os países periféricos, o desenvolvimento científico e tecnológico se encontra atrelado a um modelo de modernização reflexa, onde a integração com os grandes centros acadêmicos é condicionada pela replicação de agendas e normas externas, o que perpetua uma dependência estrutural.

Ao longo do texto, problematizaremos as implicações desse modelo para as universidades públicas no Brasil e outros países do Terceiro Mundo, analisando as críticas de autores como Darcy Ribeiro e Mangabeira Unger sobre a subordinação do conhecimento. A partir dessa análise, buscamos compreender até que ponto as instituições universitárias desses países podem contribuir para uma economia do conhecimento inclusiva e democrática, que respeite as especificidades culturais e econômicas das nações subdesenvolvidas. Esse estudo visa não apenas iluminar os desafios da economia do conhecimento no cenário global, mas também propor um

debate sobre as estratégias que as universidades periféricas podem adotar para fomentar uma produção científica mais autônoma e transformadora.

Considerações sobre a economia do conhecimento

A economia do conhecimento refere-se a um modelo econômico em que o conhecimento, a inovação e a informação se tornam os principais motores de crescimento e competitividade. Diferente de modelos tradicionais, centrados em recursos tangíveis e industriais, a economia do conhecimento se baseia na capacidade de produzir, disseminar e aplicar conhecimentos para gerar valor econômico. Nesse contexto, setores como pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e educação desempenham papéis essenciais, pois fomentam a produção de novos saberes e impulsionam a criação de tecnologias avançadas.

Em meio a essa transformação, as universidades ganham destaque como centros fundamentais de inovação e pesquisa, capacitando a força de trabalho e estimulando o desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto, essa economia não se distribui igualmente no cenário internacional, pois as nações mais industrializadas concentram os recursos e o domínio sobre as tecnologias mais avançadas. Para os países periféricos, essa dinâmica representa um desafio, criando uma dependência estrutural e dificultando o desenvolvimento autônomo.

Para Mazzucatto, a economia do conhecimento seria uma economia movida por transformações tecnológicas, produção e difusão do conhecimento (Mazzucatto, 2014, p.36 [tradução nossa]). Para Powell e Snellman (Apud. Chen, 2012), a economia do conhecimento seria a produção e os serviços baseados em atividades intensivas de conhecimento.

Segundo Roberto Mangabeira Unger (2019), a economia do conhecimento é uma nova prática social de produção. Para o autor, trata-se da prática mais avançada de produção, capaz de transformar e ampliar a produtividade e o crescimento econômico. Em termos de definição,

Nosso encontro com a economia do conhecimento sugere um novo critério para definir o que torna uma prática de produção a mais avançada. Em um sentido, é a prática de produção mais próxima da mente e, especialmente, da parte de nossa vida

mental que chamamos de imaginação. Em outro sentido, essa prática mais consciente é aquela que, entre todas as formas de atividade econômica disponíveis, conecta de maneira mais íntima e contínua nossos experimentos em usar e transformar a natureza e nossos experimentos em cooperar. Ela os conecta ao usar cada um desses conjuntos de experimentos para estimular o outro. Uma das melhores maneiras de pensar sobre a tecnologia é vê-la como uma expressão da união entre esses dois tipos de experimentos: os que transformam a natureza e os que transformam a forma como trabalhamos juntos (Unger, 2019, p.4) [tradução com inteligência artificial e revisada pelo autor].

Imaginação. A palavra para a construção da economia do conhecimento seria criar as possibilidades de soluções criativas para as relações entre organização da natureza e do mundo do trabalho. E isso em nada tem a ver com a relação mecânica e superficial que fazemos, no qual identificamos a economia do conhecimento com “o impacto das novas tecnologias associadas com a informação, comunicação e a internet” (Unger, 2019, p.6 [tradução nossa]). Dialogando com o autor, não faltam desafios para pensarmos essa prática avançada de produção no século XXI.

Para Unger, o processo de concentração da economia do conhecimento ainda mantém um estágio de subdesenvolvimento desta prática (Unger, 2019, p.2). O autor nos traz importantes insights para pensarmos a economia do conhecimento a nível internacional e o papel das universidades do terceiro mundo neste contexto.

Terceiro mundo aqui é utilizado como categoria positivada, cuja intenção é retomar a ligação sócio histórica e cultural dos países que foram alijados do processo de construção protagônica do desenvolvimento e acumulação mundial. Para Vijay Prashad, o Terceiro Mundo não era um lugar, e sim um projeto que visava a construção de uma estratégia mundial de não-alinhamento das “nações mais escuras”, empobrecidas e espremidas pela disputa geopolítica bipolar no contexto da Guerra Fria. Trata-se de uma orientação que visava o desenvolvimento autônomo e a libertação das nações mais pobres da pobreza. Nesse sentido, o clima político sobre o projeto terceiro-mundista foi sintetizado com clareza pelo enunciado de Sukarno durante a abertura da Conferência de Bandung em 1955:

Não vamos ser amargurados em relação ao passado, mas vamos manter nossos olhos firmemente voltados para o futuro. Vamos lembrar que nenhuma bênção de Deus é tão doce quanto a vida e a liberdade. Vamos lembrar que a dignidade de toda a humanidade é diminuída enquanto nações ou partes de nações ainda não forem livres. Vamos lembrar que o propósito mais elevado do ser humano é a libertação do homem de seus laços de medo, de seus laços de pobreza, a libertação do homem das correntes físicas, espirituais e intelectuais que, há muito tempo, têm atrofiado o

desenvolvimento da maioria da humanidade. E lembremos, Irmãs e Irmãos, que, por tudo isso, nós, asiáticos e africanos, devemos estar unidos (Sukarno Apud. Prashad, 2008, p. xvii)[tradução feita por inteligência artificial e revisada pelo autor].

Ou seja, trata-se de percebermos em que medida os estados nacionais mais empobrecidos – e, conseqüentemente suas universidades- foram concebidos e submetidos a um desenvolvimento de orientação subordinada. E, em alguma medida, continuam nessa estrutura de perpetuação destas imposições, hoje ainda mais reforçadas devido à ausência de rebeldia e estratégias de desenvolvimentos nacionais libertadores.

A nosso ver, ainda é preciso considerar a categoria moderna de avanço ou progresso como uma heurística para refletirmos o papel das universidades na construção da economia do conhecimento. É nela que reside a possibilidade de constituição de um desenvolvimento nacional autônomo (Ribeiro, 1969). Dessa forma, afirmamos as considerações de Unger para pensarmos as saídas possíveis desta encruzilhada do desenvolvimento subordinado imposto para as nações mais pobres no contexto da economia do conhecimento.

Percebe-se que o fenômeno contemporâneo da economia do conhecimento poderia ser interpretado, à luz do materialismo histórico e dialético como um desenvolvimento avançado das forças produtivas, cujo sentido prático é a orientação para a acumulação do modo de produção vigente nos Estados nacionais e seus respectivos mercados. É desta correlação entre Estado e mercado que a universidade como instituição é parcela importante da organização da economia do conhecimento para a construção desta acumulação de um capital tecnológico cada vez mais avançado.

Não podemos renunciar à economia do conhecimento como um motor para refletirmos, por exemplo a emergência climática. Nesse sentido, questionamos: em que medida as universidades precisarão repensar seu papel na sociedade e na sua relação com o mundo do trabalho que clama pela geração de empregos voltados para a mitigação de riscos gerados pelo Antropoceno? (Chakrabarty, 2015) Em que medida podemos disputar as fronteiras tecnológicas para transformarmos a organização universitária para que ela seja capaz de moldar inovações institucionais capazes de assumir o papel de escudo protetor da nossa condição humana e planetária? Como o avanço com a inteligência artificial poderia ajudar nossa inteligência coletiva conectada no ciberespaço (Levy,1999) a lidar com esses problemas? Dialogando com Ailton

Krenak (2019), como podemos conectar a economia do conhecimento para promover um “adiamento do fim do mundo”? Infelizmente, essas não tem sido questões assumidas pelas maiorias planetárias e pelas elites intelectuais. O contexto de acirramento das disputas bélicas, do avanço do preconceito racial e a xenofobia demonstram a falência intelectual das instituições universitárias a darem respostas para os grandes problemas da humanidade.

Ao usarmos nossa imaginação, situamos as perguntas fundamentais para buscarmos um caminhar coletivo. Afinal, numa conjuntura marcada por uma hiperconexão tecnológica e, ao mesmo tempo, de eminentes catástrofes climáticas, cuja emissão de gás carbono na atmosfera nos leva a pensarmos também em uma hiper-interdependência, não é possível pensar em saídas isoladas. Queremos superar a concentração da economia do conhecimento e retirá-la das mãos das vanguardas insulares da produção (Unger, 2019, p.6) no sentido de colocá-la como instrumento acessível e inclusivo. Trata-se, portanto, de pensar em seu contraponto, construindo vanguardas inclusivas.

Como nos alerta João Vieira de Sousa (2022), a universidade e sua razão de ser pautada na produção social do conhecimento corre sérios riscos em meio as disputas globais pela hegemonia da economia do conhecimento. No lugar do compartilhamento e da solidariedade, reina a concorrência e a busca pelas melhores posições nos *rankings* das melhores universidades do mundo. O ranking torna-se um fetiche de mercadoria do capital acadêmico e intelectual, construindo um direcionamento unívoco das universidades de grande porte nacional de todos os países, cuja missão seria a obtenção de uma *World Class University*, em sua maioria compostas por Estados Unidos e China. O Brasil, por exemplo, possui uma universidade somente entre as 100 melhores, enquanto os Estados Unidos possui mais de dez nas primeiras posições.

Pensando nas grandes potências globais como Estados Unidos e China, qual é o papel de uma instituição universitária para a sociedade e mundo do trabalho destes países? Segundo Mariana Mazzucato, a de criação de uma escala de crescimento econômico, pautada no investimento em capital humano. São dessas instituições a base de desenvolvimento em inovação e tecnologia (Mazzucato, 2013). Portanto, é

responsabilidade delas o cuidado inicial para a geração de um ciclo virtuoso de desenvolvimento nos seus respectivos mercados nacionais.

Se ainda queremos consolidar um “catch up” em termos de uma industrialização moderna e condizente com os desafios do século XXI – como a possibilidade da construção de uma ecocivilização a partir de uma indústria verde e ambientalmente orientada, devemos retomar experiências históricas bem sucedidas tanto no século XIX – como é o caso da Alemanha e Estados Unidos – como o Japão dos anos 1970 e a economia chinesa atual. Todas elas, em alguma medida, investiram maciçamente em suas instituições superiores como bases para a construção da inovação das suas próprias cadeias produtivas.

Portanto, os países que alcançaram o papel de vanguarda na consolidação da economia do conhecimento traçaram uma linha de insubordinação e insubmissão, criando, cada um a sua maneira, uma forma rebelde de desenvolvimento nacional autônomo, criando alternativas escapatórias do colonialismo mental e intelectual (Unger, 2019).

Ao analisar o atual estado das coisas, fazendo um breve ensaio geopolítico no contexto da economia, vamos desenvolver modestas reflexões sobre este tema, indicando possibilidades e alternativas para pensarmos o papel das universidades do mundo subdesenvolvido neste contexto.

O atual estado das coisas: geopolítica e dependência do conhecimento

A guerra na Europa e as tensões geopolíticas moldam o cenário atual, criando polarizações que impactam diretamente a produção de conhecimento. Segundo Hobsbawm, assistimos a uma transição de uma ordem bipolar (União Soviética e Estados Unidos) para uma ordem unipolar (hegemonia estadunidense nos anos 1990) (Hobsbawm, 1995). Atualmente, percebe-se uma consolidação da ordem multipolar, tendo Rússia e China como protagonistas e aliadas em defesa desta ordem, criando confrontações à hegemonia estadunidense no plano econômico e militar. Dessa maneira, esse contexto coloca novas demandas e desafios para as instituições de ensino superior.

No mundo contemporâneo atual assistimos a uma invasão de um país europeu sobre o outro, algo que não acontecia desde a Segunda Guerra Mundial. A guerra entre Ucrânia e Rússia tornou-se uma guerra regional com posições globais, envolvendo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como ator militar para a contenção do avanço russo no território ucraniano. No Pacífico, as tensões entre China e Taiwan aumentaram sua temperatura. Em ambos os conflitos, os Estados Unidos cumprem o papel de contenção e pressão contra Rússia e China, simbioticamente mais aliadas, consolidando no campo diplomático uma série de trocas comerciais, que perpassa por acordos de tecnologia militar e o desenvolvimento de um gasoduto entre ambos os países.

Do ponto de vista das universidades, há um processo de militarização das relações internas. No caso russo, Chirikov (2023) alerta para a “militarização”² das universidades russas. Como sintoma deste neonacionalismo russo, o autor destaca a obrigatoriedade da disciplina “Fundações do Estado Russo” nas universidades. No curso, trata-se de explicar como o “mundo russo” se estende para além da fronteira atual do Estado russo (Chikrov, 2023). Cria-se com isso uma narrativa de defesa ideológica do estado nacional, afetando diretamente a autonomia universitária. Apesar de não apresentar os números em seu curto briefing, Chikrov alerta para um descontentamento generalizado da comunidade acadêmica russa sobre a guerra. Trata-se de uma orientação estratégica que cria uma narrativa pública capaz de gerar o amálgama necessário para situar a universidade como parte fundamental da propaganda de guerra. Além disso, estudantes e funcionários que participam diretamente do front de batalha têm sido glorificados pelo atual governo.

A militarização das universidades, especialmente em países centrais como Estados Unidos e Rússia, representa uma estratégia geopolítica que usa o conhecimento como ferramenta de poder e controle. Neste contexto, a economia do conhecimento, ao invés de promover a difusão livre de saberes, muitas vezes reforça uma lógica de contenção e de privilégio a certas potências que moldam o cenário global. Essa estrutura não só aprofunda a dependência de países periféricos, que acabam sendo consumidores de tecnologias desenvolvidas nas universidades dos países centrais, mas também limita

² O autor fala de um “armamento” (weaponization) das universidades russas. Para fins didáticos preferimos utilizar o termo “militarização” para explicar esse fenômeno.

as possibilidades de inovação local. Assim, essa dependência aprofunda um modelo de inovação que exclui os interesses de nações que buscam um desenvolvimento soberano e com capacidade tecnológica própria.

Em que pese a denúncia do autor sobre tal militarização, não podemos enxergar a militarização como um fenômeno exclusivamente russo. Os Estados Unidos criaram ao longo dos anos uma relação orgânica entre sua estratégia de defesa e a ciência básica, também afetando diretamente alguns aspectos fundamentais da autonomia universitária. Não esqueçamos que a criação de uma bomba atômica só se deu por conta desta relação orgânica entre universidade e a militarização do conhecimento. Ironicamente, a universidade dos criadores da bomba atômica é justamente a Universidade de Berkeley, local em que Chirikov publicou seu briefing recente.

Esse modelo, potencializado pela militarização do conhecimento, implica uma subordinação ainda mais profunda das universidades periféricas. À medida que a produção científica é moldada pelos interesses estratégicos das grandes potências, as universidades nos países do Terceiro Mundo se veem restringidas em suas agendas de pesquisa, muitas vezes incapazes de gerar conhecimento que atenda às suas próprias demandas sociais e econômicas. A autonomia científica é, então, comprometida, pois essas instituições se tornam reféns de um sistema internacional que privilegia o segredo e a competição, especialmente em áreas tecnológicas avançadas. O resultado é um ciclo vicioso de dependência e atraso, que restringe a inovação local e dificulta a construção de uma economia do conhecimento democratizante.

Como destaca Mazzucato (2013), não foi o mero investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, mas a articulação entre instituições universitárias e outros setores públicos e privados que conseguiram criar a engrenagem necessária para dar os grandes saltos tecnológicos, em especial o setor de defesa. A análise das tensões geopolíticas e da militarização do conhecimento revela que a economia do conhecimento é, em grande medida, estruturada para perpetuar um status quo que concentra o saber científico em nações centrais. Para os países periféricos, o acesso a tecnologias de ponta é controlado e limitado, não apenas pelas barreiras comerciais, mas também por um sistema de saber que se organiza em torno da exclusividade e da contenção. Essa realidade desafia a visão de uma economia do conhecimento que favorece a democratização do saber,

destacando como a disputa geopolítica restringe as possibilidades de uma verdadeira autonomia científica. As variações entre uma experiência nacional e outra aparecem. Entretanto, em todas elas, é possível ver a linha econômico-política do Estado Desenvolvimentista.

Diante deste quadro de disputa, não queremos com isso naturalizar a barbárie da guerra ou os conflitos que colocam seres humanos uns contra outros. Porém, também não queremos com esse ensaio idealizar um mundo pacífico, em que a universidade possui uma soberania de pensamento e que atua sem delimitações e fronteiras. Pelo contrário. Conforme observado anteriormente, a produção no contexto da economia do conhecimento produz um paradoxo entre o seu aspecto social de difusão do saber altamente qualificado e a competição e – portanto – a preservação e concentração destes saberes em vanguardas insulares, especialmente situadas no Norte Global.

No caso da China é interessante notar o que Chen nos diz a respeito da reformulação das universidades durante os anos 1990, no qual o desenvolvimento tecnológico feito nas grandes instituições superiores voltadas para a área de tecnologia cumpriram um papel fundamental:

A Internet tornou-se popular na China no final da década de 1990. A tecnologia da informação transformou o mundo e criou novas riquezas na China, onde empresas de TI receberam investimentos de capital de risco e começaram a ser listadas na NASDAQ a partir de 2000. A maioria dos líderes empresariais de TI e empreendedores de startups de alta tecnologia são graduados das principais universidades chinesas, como a Universidade Tsinghua, a Universidade de Pequim e a Universidade de Ciência e Tecnologia da China. Eles construíram fortunas a partir de nada além de conhecimento, ideias inovadoras e tecnologia, assim como Bill Gates e os fundadores do Google. A sociedade da informação global e a economia do conhecimento – esses conceitos abstratos – tornaram-se para o público chinês a alquimia visível de transformar conhecimento em riqueza, com exemplos chineses reais disponíveis. A conexão entre universidades e a nova economia foi enfatizada e passou a ser incluída no discurso sobre a economia do conhecimento. A produção e a transferência de conhecimento deixaram de ser serviços periféricos como uma das três utilidades da universidade (Kerr 1995) e passaram a ser uma fonte essencial de crescimento econômico e criação de riqueza, plenamente reconhecidas pelos líderes chineses após a crise econômica asiática em 1997. (Chen, 2012, p. 4).

Ou seja, ao falarmos de desenvolvimento, é crucial tocarmos no assunto do papel organizador e orientador das universidades para a construção desta relação complexa entre Estado e Mercado. O exemplo chinês nos mostra como é possível traçar essa relação, revendo conceitos e superando determinados dogmatismos. Ao mesmo

tempo, sendo capaz de se inspirar nas boas práticas vindas de outros países como os Estados Unidos. Nesse sentido, ter um centro irradiador de inovação tecnológica como um ‘Vale do Silício à chinesa’ cumpriu um papel importante, como a zona de Zhongguancun nos anos 1990, sendo um importante propulsor da economia do conhecimento chinês. Somado a isso, Chen destaca a importância de um ambiente regulador e competitivo no meio acadêmico para consolidar esse ambiente de P&D em seu seio.

A partir dos trechos destacados no artigo de Chen, é importante notar um estratagema chinês de “imitação” da realidade estadunidense para conseguir construir um ambiente propício nas universidades capaz de gerar o impulsionamento necessário em P&D e uma integração na economia do conhecimento. “Imitação” essa adaptada e traduzida para as condições e especificidades chinesas. Não se trata, portanto, de uma orientação subordinada vinda do Norte global como forma de implementação. Trata-se de um desenvolvimento rebelde que assimila com pragmatismo as experiências bem-sucedidas a nível internacional. Parafraseando Mangabeira Unger, isso significa fazer com que a China democratize a economia do conhecimento em suas instituições, diminuindo sua desvantagem se comparado aos Estados Unidos, gerando uma sincronização entre seu desenvolvimento econômico com a produção intensa e sistematizada dos saberes.

Esse quadro nos leva a questionar a promessa da economia do conhecimento como um modelo emancipador para as universidades periféricas. Na prática, a dependência de financiamento e infraestrutura estrangeira limita a capacidade dessas instituições de definir agendas que respondam às necessidades locais, tornando-as peças de um sistema de produção do conhecimento que reproduz a hegemonia das grandes potências. Assim, enquanto a economia do conhecimento é celebrada como um meio de transformação econômica, ela frequentemente atua como um novo instrumento de subordinação científica, restringindo a autonomia necessária para que países periféricos desenvolvam um modelo de pesquisa alinhado com seus próprios interesses.

Quando traçamos o cenário atual e o entendimento de uma geopolítica do conhecimento a partir do complexo universitário internacional, queremos alertar e trazer à tona uma discussão silenciada por tempos nas universidades brasileiras. Em especial,

aquela feita pelo professor Darcy Ribeiro já no final dos anos 1960 com sua publicação “A Universidade Necessária”, a nosso ver, tragicamente moderna e ilustrativa sobre o fazer universitário de nossos tempos.

A nosso ver, Darcy Ribeiro traz uma importante contribuição para a compreensão estratégica ao formular uma categoria central para nossa análise: a modernização reflexa. Partindo da heurística progresso, retrocesso e dependência, Ribeiro cria um complexo imaginativo que situa com precisão o papel das universidades do terceiro mundo.

A modernização reflexa para Darcy Ribeiro seria a estratégia das universidades do mundo “subdesenvolvido” desejarem uma integração com as universidades dos grandes centros da economia de mercado, em especial os Estados Unidos. Nesse sentido, as fontes de financiamento seriam as fundações privadas, que estabeleceriam normas e padrões vinculados a sua visão de mundo, pressupostos e prerrogativas para a produção de ensino e pesquisa:

As tensões e os traumas derivados desta crise múltiplice já são suficientemente fortes para compelir cada universidade latino-americana a discutir sua própria forma e a propor-se caminhos de superação de seus problemas. Estes caminhos são redutíveis a duas políticas básicas, não apenas distintas, mas opostas, sustentadas com maior ou menor lucidez por todos os universitários. Uma delas é a da modernização reflexa, baseada na suposição de que, acrescentando certos aperfeiçoamentos ou inovações a nossas universidades, vê-las-emos aproximar-se cada vez mais de suas congêneres mais adiantadas até se tomarem tão eficazes quanto aquelas. [...] não exige esforços especiais para ser levada a cabo, seja no plano da criatividade intelectual, seja no das relações externas da universidade. A simples interação espontânea dos fatores dentro da universidade permite perfilar uma política modernizadora, através da qual alguns setores crescerão graças à impetuosidade de seus dirigentes e outros se atrasarão, por motivos opostos. A universidade, como resultado residual deste entrechoque, continuará existindo e exercendo seu papel tradicional como o fez até agora, inconsciente de si mesma e da sociedade à qual serve. Pode até experimentar melhoras em seus serviços, graças à generosidade de programas internacionais e estrangeiros de assistência e financiamento, desde que aquiesça em adotar os modelos de estruturação que lhe forem propostos e em exercer os papéis de ensino, investigação e difusão que lhe forem prescritos (Ribeiro, 1969, p.9).

Portanto, o conceito de modernização reflexa, conforme descrito por Darcy Ribeiro, expõe um dilema enfrentado pelas universidades dos países periféricos: integrar-se aos grandes centros acadêmicos para obter reconhecimento e recursos, mas ao custo de uma produção científica que serve a interesses externos, e não às demandas locais. Essa integração subordinada, além de reforçar um distanciamento das realidades

regionais, perpetua um modelo de desenvolvimento dependente e de difícil transformação. É um processo que limita a capacidade dessas universidades de contribuir para um projeto nacional autônomo, em uma economia do conhecimento que, por sua própria estrutura, as coloca em posição subalterna.

Nesse caso, as universidades do Terceiro Mundo que se conformassem com a pedagogia política desta dependência conseguiriam se modernizar perante as suas vizinhas universitárias nacionais. Dessa forma, seria constituído uma espécie de arquipélago pouco integrado da produção dos saberes entre as universidades mais modernas no país e o Brasil profundo, precarizado e pouco integrado, cuja modernização é dependente e associada- portanto, reflexa- ao capital acadêmico forâneo. Qualquer semelhança com a disputa pela economia do conhecimento, a nosso ver, não é mera coincidência com a afirmação de Darcy Ribeiro. Quanto mais nos “integramos” e buscamos um melhor ranqueamento das nossas vanguardas insulares de conhecimento nas World Class Universities ou uma integração subordinada e reflexa a elas, mais nos distanciamos de um projeto universitário autoconsciente, voltado para os interesses das maiorias populares e a soberania nacional, prerrogativa essa seguida por aqueles que constituíram um desenvolvimento nacional rebelde – seja ele estadunidense, chinês ou russo- tal qual defendido por Mangabeira Unger (2019) . Em todos eles, há uma relação azeitada entre as instituições estatais que procuram uma cooperação que busca a inovação e a apropriação das tecnologias de vanguarda da economia do conhecimento.

A democratização do conhecimento produzido nas vanguardas insulares tal qual descrito por Mangabeira Unger coincide com o que Darcy Ribeiro chama de aceleração evolutiva. Segundo Ribeiro, a aceleração evolutiva se identifica com a construção de um desenvolvimento autônomo da universidade perante os grandes centros. Isso em nada significa a defesa de um isolacionismo nacional ou uma postura anti-cooperacionista do ponto de vista científico. Afinal, a ciência é uma empresa humana universal e prescinde deste diálogo (Ribeiro, 1969, p. 28). Por outro lado, a universidade que busca democratizar a produção da economia do conhecimento e deseja reconfigurar sua posição no mundo que esteja intimamente vinculada a um desenvolvimento nacional

autônomo rebelde precisa de estabelecer outros parâmetros para construir seu caminho.

Esse seria o caminho de uma aceleração evolutiva:

Por todas estas razões, o problema da crise da universidade latino-americana deve ser exposto em termos mais precisos: trata-se de saber se é possível instituir uma universidade que sirva à transformação estrutural em sociedades cujas camadas dominantes não desejam mais que uma modernização reflexa que consolide, em lugar de debilitar, sua dominação. E se é possível conquistar a maioria dos corpos universitários para uma política de crescimento autônomo da Universidade, visando contribuir para que a sociedade nacional se encaminhe pela via da aceleração evolutiva. A simples enunciação desse problema — que vem sendo colocado cada vez mais frequentemente e da forma mais peremptória em toda a América Latina — é sintoma de que estamos experimentando certas transformações substanciais em nosso modo de encarar nossas sociedades nacionais, nossas universidades e também nosso papel dentro de ambas. Estas transformações ideológicas não são gratuitas, mas, pelo contrário, correspondem a uma instância da conjuntura que atravessa a América Latina, da transição entre a condição de atraso histórico para a de subdesenvolvimento. No plano ideológico, esta transição se expressa por duas modalidades de consciência. A consciência ingênua, própria das nações historicamente atrasadas, que se caracteriza pela resignação com seu atraso e sua pobreza porque só é capaz de percebê-los como naturais e necessários. E a consciência crítica, correspondente à conjuntura do subdesenvolvimento, que se caracteriza por sua rebeldia contra o atraso, porque o percebe como antinatural e o explica como causado por fatores sociais erradicáveis (Ribeiro, 1969, pp.12-13).

Portanto, para Ribeiro, a consciência crítica gera um pensamento estratégico que vise situar as universidades como engrenagens fundamentais para criar um ambiente de desenvolvimento nacional autônomo que supere as condições estruturais que historicamente vivemos. Apesar dos avanços, eles foram bastante tímidos e reflexos. Se por um lado as universidades brasileiras expandiram seu acesso, algo que Darcy Ribeiro já via como algo natural, devido as pressões ascendentes dos grupos de baixo³, nossas instituições ainda fazem parte de um consórcio de dependência científica e tecnológica. Além disso, são instituições que não cumpriram o papel de reverter o quadro de desindustrialização e reprimarização da economia, voltada para a exportação de commodities e produtos de baixo valor agregado no mercado internacional.

Diante deste quadro, é possível afirmar que a posição dos países periféricos ainda é de dependência das vanguardas insulares da economia do conhecimento.

³ Para Darcy Ribeiro: “O problema crucial que se apresenta às universidades latino-americanas é o da adoção de uma política de democratização do ensino superior com a aceitação das consequências da expansão de suas matrículas. Esta se fará inexoravelmente, seja pelo caminho da modernização reflexa, seja como resultado de uma reforma autônoma e progressista, devido à pressão de grupos sociais ascendentes que aspiram a ingressar na universidade”. Ver Ribeiro, 1969, p.145.

Assistimos a um quadro geral de passividade e apatia. Os países mais pobres perderam sua noção de projeto histórico de libertação, gerando efeitos culturais em suas sociedades nacionais, tendo as suas universidades como exemplo desta lógica imperativa da subordinação às instituições universitárias do Norte global.

Considerações Finais

A análise da economia do conhecimento, sob a ótica da dependência e da geopolítica, evidencia um sistema global em que o saber científico é simultaneamente um recurso emancipador e um instrumento de dominação. Nos países periféricos, o potencial transformador da economia do conhecimento esbarra em limitações impostas pelas estruturas de poder que regem a circulação e o desenvolvimento do conhecimento no plano internacional. Como discutido, a militarização das universidades nas grandes potências, a concentração de tecnologias avançadas e as políticas de integração subordinada perpetuam um cenário de dependência para as universidades do Terceiro Mundo, que permanecem reféns de agendas externas e limitadas em sua capacidade de inovação autônoma.

A obra de Darcy Ribeiro, que denuncia a modernização reflexa, e as ideias de Mangabeira Unger, que visam a democratização do conhecimento, oferecem um caminho alternativo para as universidades. A construção de um modelo de economia do conhecimento que transcenda a subordinação exige o fortalecimento de uma ciência comprometida com o desenvolvimento nacional rebelde, autônomo, inclusivo e democratizante.

As universidades públicas brasileiras e de outros países periféricos devem assumir uma postura crítica e ativa diante da economia do conhecimento. Ao questionar as estruturas de dependência e propor alternativas para um desenvolvimento científico mais autônomo, essas instituições podem se tornar catalisadoras de uma transformação social que, ao invés de replicar padrões de subordinação, busque formas dinâmicas e robustas do ponto de vista da imaginação institucional para organizar seus saberes.

Declaração

Este artigo contou com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial, em especial o ChatGPT. Utilizamos a ferramenta para criarmos tarefas de construção do texto. Realizamos interações baseadas no campo de estudos da Engenharia de Prompt (White, 2024) o padrão de “lógica invertida” de uso do chatbot, onde oferecemos problemas sobre o artigo que queríamos desenvolver para que ele nos oferecesse perguntas, contribuindo para o desenvolvimento próprio das ideias. Além disso, a inteligência artificial também nos ajudou como um assessor de revisão, identificando as lacunas dos drafts produzidos. A inteligência artificial também serviu para a organização de referências bibliográficas. O corpo do texto não é uma mera sintetização da inteligência artificial, passando por drásticas modificações e edições. Esta declaração acompanha os recentes trabalhos sobre a inteligência artificial e seus usos acadêmicos nos tempos atuais (Sampaio et.al., 2024), que recomenda a transparência do uso da ferramenta e a forma como ela foi utilizada para a constituição do trabalho.

Referências Bibliográficas

- Charkabarty, Dipesh. *The human condition in the Anthropocene*. The Tanner Lectures on Human Values, Yale University, fev. 2015.
- Chen, Shuang-Ye. *Contributing knowledge and knowledge workers: the role of Chinese universities in the knowledge economy*. London Review of Education, v. 10, n. 1, p. 101-112, mar. 2012. DOI: 10.1080/14748460.2012.659062.
- Chrikov, Igor. *The weaponization of Russian universities: a neo-nationalism and university brief*. UC Berkeley Research & Occasional Papers Series, nov. 2023. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/8158m811>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- Hobsbawm, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Levy, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- Mazzucato, Mariana. *The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths*. London: Anthem Press, 2014.
- Prashad, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New York: The New Press, 2007.
- Ribeiro, Darcy. *A universidade necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- Sampaio, Rafael Cardoso et al. ChatGPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos. *Revista de Sociologia e Política*, v. 32, e008, 2024. DOI: 10.1590/1678-98732432e008.

Sousa, José Vieira de. Cenários e desafios da universidade na economia do conhecimento. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 8, n. 0, e022014, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v8i0.8663806.

Unger, Roberto Mangabeira. *Depois do Colonialismo Mental*: repensar e reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Unger, Roberto Mangabeira. *The knowledge economy*. London: Verso, 2019.

White, Jules et al. *A Prompt Pattern Catalog to Enhance Prompt Engineering with ChatGPT*. arXiv preprint arXiv:2302.11382, 2023. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/2302.11382>. Acesso em: 07 nov. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/10/2024

Aprovado em: 30/11/2024